



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10283.005207/96-57
Recurso nº. : 116.397
Matéria : IRPJ - EX: 1992
Recorrente : EMOPS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
Recomida : DRJ EM MANAUS - AM
Sessão de : 19 de agosto de 1998
Acórdão nº. : 103-19.564

LANÇAMENTO SUPLEMENTAR - INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO - A apresentação da impugnação além do trintídio não instaura qualquer matéria litigiosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela EMOPS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO TOMAR conhecimento do recurso face à intempestividade da impugnação, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÁNDIDO RODRIGUES NEUBER
PRESIDENTE

VÍCTOR LUIS DE SALLES FREIRE
RELATOR

19 OUT 1998
FORMALIZADO EM:

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: EDSON VIANNA DE BRITO, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO, SANDRA MARIA DIAS NUNES, SILVIO GOMES CARDOSO E NEICYR DE ALMEIDA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10283.005207/96-57
Acórdão nº. : 103-19.564
Recurso nº. : 116.397
Recorrente : EMOPS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

R E L A T Ó R I O

A r. decisão monocrática de fls. 15/17 entendeu de não conhecer da impugnação formulada contra o lançamento suplementar vestibular em face de uma suposta intempestividade.

Como decorrência disso formula a parte recursante o seu apelo de fls. 20/23, com os documentos que anexou, onde se volta contra o mérito do lançamento.

A Fazenda Nacional contra arrazoou o apelo.

É o breve relato.

A signature in black ink, appearing to be a stylized 'E' or 'G' followed by a surname.

A signature in black ink, appearing to be initials 'OJ'.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº. : 10283.005207/96-57
Acórdão nº. : 103-19.564

V O T O

Conselheiro VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE, Relator

A impugnação é efetivamente intempestiva haja vista que, ciente da mesma em 23.7.96 (fls. 5) só protocolizou o apelo em 1.11.96.

Assim, bem caminhou a r. decisão quando da mesma não conheceu e por isso é de não se conhecer do apelo que não enfrentou o âmago da intempestividade

Rejeitando assim o recurso deixo assente, todavia, que a Autoridade Lançadora poderá revisar o lançamento para cancelá-lo nos termos da IN n(54/97.

É como voto.

Sala das Sessões - DF, em 19 de agosto de 1998

VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE